

OK EC
AC OK

CONTRATO 203/2022
Pregão Presencial n° 009/2022
Processo Administrativo n° 024/2022

O **MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO, ESTADO DA BAHIA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM BASÍLIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n° 30.904.217/0001-97, situada a rua Manoel Araújo, 01, centro, Dom Basílio/BA, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cult, Esp, Lazer e Turismo, a Sr.^a **Jilmara Pires Da Silva Lima**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **MARIA JOSÉ CAIRES BITENCOURT - ME**, inscrita no CNPJ: 08.387.507/0001-51, com sede na Avenida Rodrigo Alves, n 259, cômodo, Centro, CEP: 46.165-000 – Dom Basílio, Bahia, representada neste ato por **Júlio Bittencourt Caires**, portador do RG: 1343479355, inscrito no CPF: 045.525.215-78, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a Ata de Registro de Preços resultante do Processo Administrativo n°. 024/2022 e Pregão Presencial n°. 009/2022, tem justos e contratados, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto (art. 55, I – Lei Federal 8.666/93)

O presente **CONTRATO** tem por objetivo a prestação de serviços de hospedagem nas quantidades demonstradas na Planilha abaixo, em conformidade com os anexos constantes do Edital e a Ata de Registro de Preços do Sistema de Registro de Preços através do Pregão Presencial n°. 009/2022.

Item	Serviço	Descrição	Qtd	Unid	Valor unitário	Valor total
1	HOSPEDAGEM	APARTAMENTO COM AR CONDICIONADO, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ	150	Diárias	R\$ 82,00	R\$ 12.300,00
2	HOSPEDAGEM	APARTAMENTO SIMPLS COM VENTILADOR, INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ	200	Diárias	R\$ 70,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL					R\$	26.300,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Regime de Execução (art. 55, II – Lei Federal 8.666/93)

Parágrafo Único – Os serviços serão prestados no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data da **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – AF**, na Prefeitura Municipal, na Rua Manoel Araújo, 01, Centro, Dom Basílio-BA, ou em outro local a ser designado pelo **CONTRATANTE** dentro do Município de Dom Basílio/BA e adjacências, atendendo a ordem de fornecimento emitida pela **CONTRATANTE**, informando o quantitativo necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço e Condições de Pagamento (art. 55, III – Lei Federal 8.666/93)

O Valor global estimado do Contrato: R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

§ 1º. Condições de pagamento:

O pagamento será efetuado até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega das mercadorias após a emissão da Nota Fiscal e atestado de entrega e aceitação do objeto contratado.

§ 2º. Periodicidade do reajustamento de preços:

I - O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, exceto por situação de mercado, devidamente comprovada que justifique a alteração;

II - O reajuste de que trata o item I, acima, se dará mediante apresentação, por parte da Contratada, de Nota Fiscal de Entrada que comprove a situação de alterações de preços entre compra anterior e atual ao pedido de reajuste ou ainda por normativa do órgão que regula a comercialização do produto.

III - Os reajustes se darão para mais ou para menos na mesma proporção da alteração comprovada pelo proponente em relação ao preço de compra e a cotação de preço apresentada por ocasião deste certame.

IV - O reajuste obedecerá, ainda, o consentimento das partes.

§ 3º. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Prazos (art. 55, IV – Lei Federal 8.666/93)

O presente Contrato tem prazo de vigência de 05/04/2022 a 31/12/2022.

§ 1º. O prazo para entrega dos itens constantes na Cláusula Primeira deste contrato será de 05 (cinco) dias após a data de sua assinatura por parte do CONTRATADO.

§ 2º. Os itens serão recebidos por servidor municipal designado para este fim que fará a conferência e, achado conforme, dará o recebido definitivo na Nota Fiscal/Fatura.

1- Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado.

§ 3º. O presente contrato poderá ser prorrogado, sendo do interesse das partes, limitando-se ao crédito orçamentário relativo à data de assinatura do contrato, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – Recursos Financeiros (art. 55, V – Lei Federal 8.666/93)

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária, consignadas no Orçamento em vigor:

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade 2614 – Manutenção Das Ações De Melhoria Na Qualidade Do Ensino Municipal

Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 7101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação 25%

Fonte de Recurso: 0100 - Recursos Ordinários

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO

Unidade: 02 – FUNDEB – FUNDO NAC. DESENV. DE ENSINO BÁSICO

Atividade 1518 – FUNDEB 30% - Fundo do Des. Da Educ. Básica e Valoriz do Magistério

Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 72190 - transferência FUNDEB 30%

CLÁUSULA SEXTA – Da garantia (art. 55, VI – Lei Federal 8.666/93)

A CONTRATANTE não exigirá garantia do CONTRATADO relativa à execução do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Direitos e Responsabilidades das Partes e Penalidades cabíveis (art. 55, VII – Lei Federal – 8.666/93)

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado no prazo convencionado.

§ 1º. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o fornecimento dentro das especificações recomendadas;

b) Efetuar o pagamento, mensalmente, no prazo determinado, das notas fiscais correspondentes aos materiais fornecidos;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato.

§ 2º – Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) Fornecimento dos materiais solicitados pela CONTRATANTE;

b) Providenciar a imediata correção das divergências apontadas quanto à execução do fornecimento contratado;

c) Substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções;

d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato;

- e) Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- f) A empresa licitante deverá fornecer os materiais dentro das especificações das normas dos órgãos de fiscalização e controle do objeto licitado.
- g) Não será aceito em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das qualidades exigidas em leis.
- h) O Contratado não poderá subcontratar o objeto deste Contrato.

§ 3º. O CONTRATADO sujeita-se às seguintes penalidades:

I - executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

II - executar o contrato com atraso injustificado, multa de mora nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
 - b) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- III - o valor das multas será deduzido do pagamento da fatura da locação eventualmente existente;

III - inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

IV - inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

V - causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Rescisão (art. 55, VIII – Lei Federal 8.666/93)

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, pelos motivos legais previstos nos arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93, ou quando convier às partes desde que comunicado à outra, com 30 dias de antecedência, cabendo ao CONTRATANTE efetuar o pagamento das obrigações cumpridas no período ou o CONTRATADO cumprir as obrigações já assumidas, conforme o caso, nos seguintes termos:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo administrativo, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA NONA – Da rescisão administrativa (art. 55, IX – Lei Federal 8.666/93)

O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – Vinculação e Legislação Aplicável (art. 55, XI e XII – Lei Federal 8.666/93)

Este Contrato vincula-se ao Processo Administrativo nº. 024/2022, o qual originou o Pregão Presencial nº. 009/2022, cujo Edital e a Proposta do Licitante Vencedor fazem parte deste instrumento, como se aqui estivessem transcritos.

Parágrafo Único – Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, especialmente quanto aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Condições de habilitação (art. 55, XIII – Lei Federal 8.666/93)

O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fiscalização (art. 58, III – Lei Federal 8.666/93)

O CONTRATANTE manterá fiscalização sobre a execução do presente contrato através do servidor municipal nomeado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Foro (art. 55 § 2º – Lei Federal 8.666/93)

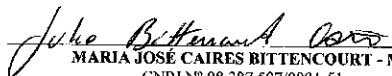
Fica eleito o foro da Comarca de Livramento de Nossa Senhora (BA), com renúncia a outro por mais especial que seja, para dirimir dúvidas ou questões relativas ao presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Dom Basílio (BA), 05 de abril de 2022.



JILMARA PIRES DA SILVA LIMA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM BASÍLIO



MARIA JOSÉ CAIRES BITTENCOURT - ME
CNPJ Nº 08.387.507/0001-51

Testemunhas:

Nome: *Rodrigio Boffino Caires*
CPF: *106.04.1035-49*

Nome: *Ronildo Vinícius Silva de Almeida*
CPF: *859.326.505-40*

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022
PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 009/2022**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO, ESTADO DA BAHIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM BASÍLIO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 30.904.217/0001-97, situada a rua Manoel Araújo, 01, centro, Dom Basílio/BA.

CONTRATADO: MARIA JOSÉ CAIRES BITTENCOURT - ME, inscrita no CNPJ: 08.387.507/0601-51, com sede na Avenida Rodrigo Alves, n 259, cômodo, Centro, CEP: 46.165-000 - Dom Basílio, Bahia.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de abril de 2022.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2022.

VALOR: O presente contrato tem o valor de R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade 2614 – Manutenção Das Ações De Melhoria Na Qualidade Do Ensino Municipal

Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 7101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação 25%

Fonte de Recurso: 0100 - Recursos Ordinários.

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO

Unidade: 02 – FUNDEB – FUNDO NAC. DESENV. DE ENSINO BASICO

Atividade 1518 – FUNDEB 30% - Fundo de Des. Da Educ. Básica e Valoriz do Magistério

Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 72190 – transferência FUNDEB 30%

Dom Basílio-Ba, 05 de abril de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BASÍLIO
CNPJ: 13.673.314/0001-05
RUA MANOEL ARAÚJO, 01, CENTRO
DOM BASÍLIO - BA



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2022
PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 009/2022**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO, ESTADO DA BAHIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOM BASÍLIO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 30.904.217/0001-97, situada a rua Manoel Araújo, 01, centro, Dom Basílio/BA.

CONTRATADO: MARIA JOSÉ CAIRES RITTENCOURT - ME, inscrita no CNPJ: 08.387.507/0001-51, com sede na Avenida Rodrigo Alves, n 259, cômodo, Centro, CEP: 46.165-000 - Dom Basílio, Bahia.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de abril de 2022.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2022.

VALOR: O presente contrato tem o valor de R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2614 – Manutenção Das Ações De Melhoria Na Qualidade Do Ensino Municipal
Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 7101 - Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação 25%
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos ordinários

Órgão: 0305 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT, ESP, LAZER E TURISMO
Unidade: 02 – FUNDER – FUNDO NAC. DESENV. DE ENSINO BÁSICO
Atividade: 1518 – FUNDEB 30% - Fundo de Des. Da Educ. Básica e Valoriz do Magistério
Elemento: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 72190 – transferência FUNDEB 30%

Dom Basílio-Ba, 05 de abril de 2022.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT
CNPJ: 08.387.507/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:38:51 do dia 14/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/08/2022.

Código de controle da certidão: **1E20.D12C.AA1B.DE7F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Emissão: 05/04/2022 09:14

SECRETARIA DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.958 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20221578809

RAZÃO SOCIAL	
MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
072.407.166	08.387.507/0001-51

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 05/04/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MUNICÍPIO DE DOM BASÍLIO
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Data Impressão: 05/04/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 0000055/2022

Emissão: 02/03/2022

Validade: 31/05/2022

MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT - ME

CGA: 000.000.082/001-88

CNPJ: 08.387.507/0001-51

CNAE: 5510-8/01

AVN RODRIGO ALVES,

CASA

CENTRO

46.165-000 - DOM BASÍLIO - BA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO EM PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE INSCREVER E COBRAR DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA NESTA REPARTIÇÃO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO ACIMA, E PARA CONSTAR, DETERMINEI QUE FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

OBS:QUALQUER RASURA OU EMENDA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.

Validação Web:



0022022000008550000086204

Emissor: ALAINE RODRIGUES SILVA

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.387.507/0001-51

Razão Social: MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT

Endereço: AV RODRIGO ALVES 259 / CENTRO / DOM BASILIO / BA / 46165-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/03/2022 a 27/04/2022

Certificação Número: 2022032901352176409120

Informação obtida em 05/04/2022 09:12:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.387.507/0001-51

Certidão n°: 10799779/2022

Expedição: 05/04/2022, às 09:13:23

Validade: 02/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA JOSE CAIRES BITTENCOURT (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **08.387.507/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PORTARIA Nº 023, de 05 de abril de 2022

*Nomear servidor municipal
como fiscal de contrato.*

JILMARA PIRES DA SILVA LIMA, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do município de Dom Basílio, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais, e considerando que o fiscal de contrato deve:

Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;

Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas na prestação dos serviços prestados a administração, bem como a qualidade dos serviços prestados;

Informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidade;

Atestar as notas fiscais.

Resolvo:

Art. 1º Nomear **LUCIDALVA PESSOA BITTENCOURT DIAS**, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, como fiscal para acompanhamento, fiscalização e execução do contrato que for relacionado ao Processo Administrativo nº 024/2022, o qual tem por objeto a prestação de serviços de hospedagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, e demais setores interligados a mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dom Basílio - BA, 05 de abril de 2022.



JILMARA PIRES DA SILVA LIMA

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BASÍLIO
CNPJ: 13.673.314/0001-03
RUA MANOEL ARAÚJO, 01, CENTRO
DOM BASÍLIO - BA



PORTARIA Nº 023, de 05 de abril de 2022

*Nomear servidor municipal
como fiscal de contrato.*

JILMARA PIRES DA SILVA LIMA, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do município de Dom Basílio, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais, e considerando que o fiscal do contrato deve:

Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;

Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas na prestação dos serviços prestados à administração, bem como a qualidade dos serviços prestados;

Informar a área responsável pelo controle de contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;

Atestar as notas fiscais;

Resolve:

Art. 1º Nomear **LUCIDALVA PESSOA BITENCOURT DIAS**, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica, inscrita na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, como fiscal para acompanhamento, fiscalização e execução do contrato que há relacionado no Processo Administrativo nº 024/2022, o qual tem por objeto a prestação de serviços de hospedagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, e demais setores interligados a mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dom Basílio - BA, 05 de abril de 2022.

JILMARA PIRES DA SILVA LIMA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Rua Manoel Araújo, 01 - Centro - CEP: 46.163-000 - Dom Basílio - Bahia - Brasil
CNPJ Nº 13.673.314/0001-03
Tel: (77) 3444-2114/2121

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: DJB6VFPXFGDGBH9RVJFZW

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.